

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.034 - SC (2014/0252166-1)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : PAOLA MALTAURO GOHL**  
**ADVOGADOS : MARINA CASAL DE FREITAS - PR032145**  
**SINTIA MARA DE PAULA - SC033121**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **PAOLA MALTAURO GOHL**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 6ª Turma do Tribunal Regional da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 116/117e):

***PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE DE GENITOR. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO. MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. NÃO INCIDÊNCIA.***

*1. Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, consoante as previsões legais insculpidas nos arts. 169, inciso I, e 5º, inciso I, ambos do Código Civil de 1916, e do art. 198, inciso I, do Código Civil c/c os arts. 79 e 103, parágrafo único, da Lei de Benefícios. Precedentes desta Corte.*

*2. Todavia, ao completarem 16 anos de idade, os absolutamente incapazes passam a ser considerados relativamente incapazes, momento a partir do qual o prazo de trinta dias a que alude o inciso I do art. 74 da Lei n. 8.213/91 começa a fluir. Portanto, farão jus ao benefício de pensão, desde a data do óbito, se o tiverem requerido no prazo de até trinta dias depois de completarem 16 anos de idade.*

*3. No caso concreto, o óbito ocorreu em 13-09-2000, e o requerimento administrativo deu-se em 27-11-2000, quando a autora contava apenas 7 (sete) anos de idade.*

*Em razão do indeferimento do pedido na via administrativa, a autora impetrou, em 26-07-2002, o mandado de segurança n. 2002.70.00.045795-3/PR, o qual foi julgado em 04-05-2005, com baixa definitiva em 08-07-2005. Em virtude disso, o INSS implantou o benefício em 21-09-2005, sem pagar as parcelas em atraso. Porém, como a demandante completou 16 anos em 30-06-2009 e ajuizou a presente demanda apenas em 31-10-2012, há que se reconhecer a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento, ou seja, as parcelas anteriores a 31-10-2007, o que abarca a integralidade do pleito da demandante.*

*4. Processo parcialmente extinto, com fulcro no art. 267, inciso VI, do CPC, no que tange ao pleito de pagamento das parcelas da cota-parte da*

*pensão por morte da autora abarcadas entre a impetração do mandado de segurança n. 2002.70.00.045795-3/PR e a efetiva implantação do benefício na via administrativa.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 3º, I e 198 do Código Civil e 103, parágrafo único da Lei n. 8.213/91, alegando-se, em síntese, que se tratando de absolutamente incapaz no momento do óbito e no momento do requerimento administrativo, faz jus ao recebimento da pensão por morte desde a data do falecimento do instituidor do benefício até a data da efetiva implantação do benefício.

Sem contrarrazões (fls. 138e), o recurso foi admitido (fls. 143e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 158/165e, nos seguintes termos: "Todavia, a pretensão da Recorrente deve ser acolhida apenas para que receba as prestações da pensão por morte devidas entre a data do óbito do seu genitor, em 13.09.2000 e a data da impetração do mandado de segurança no qual se reconheceu o seu direito ao benefício, em 26.07.2002, data a partir da qual o Acórdão prolatado nos autos da referida impetração – mandado de segurança nº 2002.70.00.045795- 3/PR, julgado pela Sexta Turma do TRF da 4ª Região em 4.05.2005, DJU de 18.05.2005 - assegurou o pagamento das parcelas retroativas do benefício."

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, bem como a dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

No caso, o óbito do genitor ocorreu em 13.09.2000 e em 26.07.2002 foi

impetrado mandado de segurança que reconheceu o direito da parte autora ao recebimento do benefício de pensão por morte cuja implantação ocorreu em 21.09.2005.

No caso, verifico que o tribunal de origem decidiu que a parte autora não faz jus ao pagamento das parcelas da pensão por morte (i) entre a data do óbito e a efetiva implantação do benefício (13.09.2000 a 21.09.2005), sob o fundamento de que a autora já possui título judicial (Apelação em Mandado de Segurança n. 2002.70.00.045795-3/PR, julgada pela Sexta Turma desta Corte em 04-05-2005, DJU18-05-2005) que lhe garante o pagamento das parcelas de sua cota-parte da pensão por morte desde a data da impetração do referido mandado de segurança (26.07.2002) até a efetiva implantação do benefício na via administrativa (21.09.2015), (ii) bem como que o período entre o óbito e a data da impetração do mandado de segurança estaria fulminado pela prescrição, uma vez que a ação foi proposta mais de 30 dias após completar 16 anos de idade (fls. 109/117e):

*É pacífico o entendimento nesta Corte no sentido de que não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes (qualificação civil essa que se aplicava à autora até 30-06-2009, data em que completou 16 anos de idade).*

*Tal entendimento decorre das previsões legais insculpidas nos arts. 169, inciso I, e 5º, inciso I, ambos do Código Civil de 1916, e do art. 198, inciso I, do Código Civil c/c os arts. 79 e 103, parágrafo único, da Lei de Benefícios. Nessa linha, os seguintes precedentes desta Corte:*

*(...)*

*Todavia, ao completarem 16 anos de idade, os absolutamente incapazes passam a ser considerados relativamente incapazes, momento a partir do qual o prazo de trinta dias a que alude o inciso I do art. 74 da Lei n. 8.213/91 começa a fluir. Portanto, farão jus ao benefício de pensão, desde a data do óbito, se o tiverem requerido no prazo de até trinta dias depois de completarem 16 anos de idade.*

*No caso concreto, o óbito ocorreu em 13-09-2000, e o requerimento administrativo deu-se em 27-11-2000, quando a autora contava apenas 7 (sete) anos de idade.*

*Em razão do indeferimento do pedido na via administrativa, a autora impetrou, em 26-07-2002, o mandado de segurança n. 2002.70.00.045795-3/PR, o qual foi julgado em 04-05-2005, com baixa definitiva em 08-07-2005, tudo consoante consulta ao Portal da Justiça Federal da 4ª Região. Nessa ocasião, a autora ainda era absolutamente incapaz, pois contava 12 anos de idade. Portanto, até esse momento, não há que se cogitar de prescrição.*

*Como o INSS somente implantou o benefício em 21-09-2005, sem pagar as parcelas em atraso, a demandante ajuizou a presente ação em*

31-10-2012, visando, justamente, obter o pagamento das prestações entre a data do óbito e a data do início do pagamento na via administrativa.

Porém, como a demandante completou 16 anos em 30-06-2009 e ajuizou a presente demanda apenas em 31-10-2012, há que se reconhecer a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento, ou seja, as parcelas anteriores a 31-10-2007, o que abarca a integralidade do pleito da demandante.

Nessa linha, trago à colação as seguintes decisões monocráticas do STJ: (...)

De outro lado, é de ressaltar-se que a autora já possui título judicial (Apelação em Mandado de Segurança n. 2002.70.00.045795-3/PR, julgada pela Sexta Turma desta Corte em 04-05-2005, DJU18-05-2005) que lhe garante o pagamento das parcelas de sua cota-parte da pensão por morte desde a data da impetração do referido mandado de segurança até a efetiva implantação do benefício na via administrativa, devendo ser extinto o presente processo, no que tange a esse período, com fulcro no art. 267, VI, do CPC (destaque meu).

Nas razões do Recurso Especial, tal fundamentação não foi refutada, implicando a inadmissibilidade do recurso quanto ao pedido de pagamento do benefício entre a data da impetração do mandado de segurança e a data da efetiva implantação do benefício, visto que esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.**  
(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento

autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.**

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1407870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

Com relação ao pagamento das parcelas entre a data do óbito e a data da impetração do mandado de segurança, deve ser aplicado o entendimento desta Corte segundo o qual o termo inicial do benefício de pensão por morte devido ao dependente

que, ao tempo do óbito do segurado, era absolutamente incapaz, deve ser fixado na data do falecimento, independentemente do momento em que formulado o requerimento administrativo, porquanto, contra o incapaz, não corre a prescrição.

Nesse sentido:

**PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PENSÃO POR MORTE. HABILITAÇÃO TARDIA DE DEPENDENTE ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. ARTS. 79 E 103 DA LEI 8.213/1991. IMPRESCRITIBILIDADE. EXCEÇÃO. DUPLO PAGAMENTO DA PENSÃO PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

1. Trata-se, na origem, de Ação Ordinária contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando o direito à percepção de pensão por morte em período anterior à habilitação tardia do dependente incapaz.

2. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, comprovada a absoluta incapacidade do requerente da pensão por morte, faz ele jus ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do óbito do instituidor da pensão, ainda que não postulado administrativamente no prazo de trinta dias, uma vez que não se sujeita aos prazos prescricionais, salvo se o benefício já tenha sido pago a outro dependente previamente habilitado. A propósito: AgInt no REsp 1.590.218/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 8.6.2016; AgRg no REsp 1.523.326/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18.12.2015; REsp 1.479.948/RS, Rel.

Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17.10.2016; AgRg no REsp 1.523.326/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgInt no AREsp 850.129/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27.5.2016; REsp 1.377.720/SC, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 25.6.2013, DJe 5.8.2013; e REsp 1.513.977/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5.8.2015.

3. Não sendo o caso de habilitação tardia de menor com cumulação de dependentes previamente habilitados, o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que o termo inicial da pensão por morte deve retroagir à data do óbito.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1655067/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 19/12/2017).

**PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ À ÉPOCA DO FALECIMENTO DO GENITOR. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO POSTERIOR À RELATIVIZAÇÃO DA INCAPACIDADE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO DO GENITOR.**

1. Em se tratando de menor absolutamente incapaz à época do falecimento do pai, milita em seu favor cláusula impeditiva da prescrição (art. 198, I, do CC).
2. Nesse contexto, correta se revela a exegese de que será concedida a pensão por morte, retroativamente à data do óbito do instituidor do benefício, independentemente de o requerimento do benefício ter sido realizado após os trinta dias seguintes à data do falecimento de seu genitor. Precedente: (REsp 1.405.909/AL, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 09/09/2014).
3. Conforme destacado na decisão agravada, "contra o menor não corre a prescrição, por isso que o termo a quo das prestações deve, nesses casos, coincidir com a data da morte do segurado".
4. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt no REsp 1572391/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 07/03/2017, destaque meu).

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. FILHO MAIOR INVÁLIDO. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. A questão do recurso especial gira em torno do termo inicial à percepção de pensão por morte por maior inválido.
2. A jurisprudência prevalente do STJ é no sentido de que comprovada a absoluta incapacidade do requerente à pensão por morte, faz ele jus ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do óbito do instituidor da pensão, ainda que não postulado administrativamente no prazo de trinta dias, uma vez que não se sujeita aos prazos prescricionais.
3. Descabe ao STJ examinar na via do recurso especial, nem sequer a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional.
4. Agravo regimental não provido.  
(AgRg no REsp 1420928/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 20/10/2014, destaque meu).

**PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. (I) RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. (II) TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO EM FAVOR DE MENORES. DATA DO ÓBITO DO SEGURADO. AGRAVO**

**DESPROVIDO.**

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça admite a sentença trabalhista como início de prova material, para fins de reconhecimento de tempo de serviço, desde que fundada em elementos que atestem o exercício laboral no período alegado ou corroborada por outras provas nos autos.

2. Não corre prescrição contra o menor absolutamente incapaz, não se lhe podendo aplicar, dest'arte, a regra do art. 74, II da Lei 8.213 /91, sendo, portanto, devido o benefício de pensão por morte aos dependentes menores desde a data do óbito do mantenedor. Precedentes: AgRg no Ag 1.203.637/RJ, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 3.5.2010; REsp. 1.141.465/SC, 6T, Rel. Min. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), DJe 06.02.2013.

3. Agravo Regimental do INSS desprovido.

(AgRg no AREsp 269.887/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 21/03/2014, destaque meu).

Ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.656.825/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 15.09.2017; REsp 1.649.343/RJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 11.09.2017; REsp 1.430.009/RS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 06.06.2017; REsp 1.574.673/SP, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 30.06.2016.

Isto posto, com fundamento no art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para reconhecer o direito ao pagamento do benefício de pensão por morte entre a data do óbito do genitor e a data da impetração do mandado de segurança.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora